

ACEF/1718/0124442 — Relatório final da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Carlos de O. Fernandes
Adília Cabral
Antonio Carles
Sérgio Teixeira

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Escola Superior De Hotelaria E Turismo Do Estoril

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Escola Superior De Hotelaria E Turismo Do Estoril

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Turismo

1.4. Grau:

Mestre

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5._Despacho 14655-2010 Plano de Estudos Mestrado em Turismo.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Gestão; Planeamento Turístico

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

812

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

N/A

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

N/A

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

4 semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

100

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

A necessidade de aumentar o número de vagas, decorre do imperativo de afectação real do número de vagas por ramo, atendendo à procura elevada que o ramo de eventos habitual regista. Desta forma conseguir-se-á uma clarificação e optimização das vagas a concurso. Deste modo sugere-se:

- Especialização em Gestão Estratégica de Eventos: - 40 vagas
- Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos - 30 vagas

- Especialização em Inovação em Turismo Ativo e de Experiências - 30 vagas

Na génese na presente proposta está também o facto de os planos de estudos permitirem a construção de curricula variáveis, o que reduz o número de alunos por disciplina.

1.11. Condições específicas de ingresso.

Podem candidatar-se ao curso de mestrado, conforme ponto 9 do regulamento do curso

http://www.eshte.pt/downloads/Despacho_99_PRES_ESHTE_2015_Novo_Regulamento_Cursos_De_Mestrado_ESHTE.pdf (o regulamento encontra-se em fase de revisão)

a) Os titulares de qualquer licenciatura;

b) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios de Bolonha por um Estado aderente a este processo;

c) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico - Científico da ESHTe.

1.12. Regime de funcionamento.

Pós Laboral

1.12.1. Outro:

N/A

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

No campus da ESHTe

1.14. Eventuais observações da CAE:

<sem resposta>

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Em parte

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Sim

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Sim

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

O CE do Mestrado em Turismo é composto por três ramos - Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Gestão Estratégica de Eventos e Planeamento e Gestão em Turismo da Natureza e Aventura. A IES indica como área científica predominante do ciclo de estudos "Gestão; Planeamento

Turístico”, duas AC internas (ponto 1.6), mas depois a classificação CNAEF identificada é a 812 -Turismo e Lazer (1.7.1). No ponto 2.2.2, a estrutura curricular mostra cada ramo com múltiplas AC para o mesmo número de ECTS, o que não é adequado. As UC's e respetivos ECTS devem ser alocados à AC mais adequada e não a diversas AC's. A IES não apresenta nenhuma AC secundária (ponto 1.7.2). A CAE entende que a IES deve deixar claro na reestruturação do CE que a AC de Turismo e Lazer (812) é a AC fundamental nos três ramos.

O CE tem uma Comissão Científica e Executiva (CCE), formada por 3 docentes da ESHTe. Cada docente está em termos operacionais afeto a um dos ramos de especialização, para melhor articulação e apoio aos alunos. Um dos docentes é licenciado, mestre e doutorado na área do Turismo, leciona as UC's de Turismo de Saúde e Bem-Estar e Modelos e Processos de Negócios Turísticos no CE, apresenta algumas publicações não indexadas e possui experiência profissional. O segundo docente é licenciado, mestre e doutorado em Geografia, assegura Seminários de Especialização em Eventos Turísticos e Seminário de Especialização em Turismo Ativo e de Experiências, e leciona as UC's Planeamento e Gestão em Turismo Ativo e de Experiências, e Conceção e Desenvolvimento de Produtos Turísticos no CE, possui algumas publicações não indexadas e alguma experiência profissional na área do turismo. O terceiro docente é licenciado em Arquitetura, mestre em Planeamento Regional e Urbano e doutorado em Conservação do Património Arquitetónico, leciona as UC's de Planeamento de Destinos Turísticos e Turismo e Destinos Criativos no CE, apresenta algumas publicações não indexadas e possui alguma experiência profissional na área do turismo. No seu conjunto, a CAE entende que os três membros da CCE se complementam, particularmente com a experiência profissional e envolvimento em atividades científicas na área fundamental do CE e conta com docente doutorado em Turismo. Todos estão a tempo integral e possuem perfil académico adequado para os cargos que exercem.

O corpo docente é composto por 33 docentes (27,16 ETI's). Cumpre com os requisitos legais, designadamente de corpo docente próprio a TI (26 - 95,7%) e academicamente qualificado (21,4 ETI doutores - 78,8%). Relativamente ao corpo docente especializado, reconhece-se nas áreas do TTA e Planeamento Turístico (AC predominante de Turismo e Lazer - 812) 5,1 ETI doutorados (19%) mais 5,3 ETI (19,5%) especialistas não doutorados, mas com experiência e competência reconhecidas pelo CTC da IES, pelo que no momento atual não atinge o rácio de 50% de ETI legalmente requerido, como previsto na alínea c) do n.º 6 do art. 6º do decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro. O elevado denominador é o principal fator a contribuir para o CE não cumprir com o rácio de corpo docente especializado. A CAE entende que a IES possui um número razoável de docentes da área da especialização. Além disso, o número de docentes do ciclo de estudos inscritos em programas de doutoramento há mais de um ano (4,1 ETI -15,13%) é adequado às necessidades de especialização do corpo docente do CE.

As cargas letivas atribuídas aos docentes são equilibradas. Quase todos os docentes tem uma ligação estável com a instituição (24 - 88,4%), por um período superior a três anos.

2.6.2. Pontos fortes

Uma procura consistente deste Curso de Mestrado com três ramos diferentes de particular interesse e complementaridade com os cursos de 1º Ciclo oferecidos pela IES. Planos curriculares e UC's inovadores e adaptados à procura inovadora e diferenciadora.

2.6.3. Recomendações de melhoria

De acordo com a fichas individuais dos docentes, nem todos os docentes apresentam um nível de habilitações/ graus de formação adequado para um Curso de Mestrado. Recomenda-se que a Comissão Científica e Executiva do CE analise esta situação e tome as medidas mais adequadas.

Realizar esforços no sentido de aumentar a produtividade científica, assim como a sua qualidade.

A IES deverá assegurar que os Docentes Especialistas, não doutorados, de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas fundamentais do ciclo de estudos, realizem as suas Provas Públicas para obter o título de especialista.

Sugere-se que a IES controle o número total dos docentes a lecionar no CE, que forma o denominador usado para determinar as percentagens do corpo docente próprio, qualificado e especializado.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à leção do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Sim

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

Constata-se que o número de pessoal não docente indicado é referente à IES e existe uma boa proximidade no apoio dos vários serviços.

Em termos gerais, o nível de qualificação dos elementos do corpo não docente é satisfatório, pois dos 32 funcionários existentes, 53,1% são licenciados e 9,4% possuem formação pós-graduada.

É proporcionado anualmente ao pessoal não docente formação no sentido de promover as suas competências e qualificações e beneficiam de um regime especial (isenção de propinas) caso desejem frequentar uma licenciatura, uma pós-graduação ou um mestrado na ESHTe.

3.4.2. Pontos fortes

Em 2010/11 iniciou um plano de formação, baseado em necessidades identificadas junto do pessoal não-docente.

Facilidades à disposição do pessoal não docente que incentivam a vontade de ingressar num dos cursos da ESHTe.

Pessoal não docente dedicado e centrado em determinados cursos e funções mais específicas.

3.4.3. Recomendações de melhoria

Consolidar e continuar a estimular o pessoal não docente para a realização e aperfeiçoamento da formação académica.

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Sim

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

Boa procura do curso. As vagas geralmente ficam preenchidas na 1ª fase de candidatura.

Ambiente de ensino e perspectivas dos alunos evidenciam-me muito positivas.

4.2.2. Pontos fortes

A procura pelo ciclo de estudos continua forte.

Na perspetiva dos alunos, o ambiente do ensino é bom.

4.2.3. Recomendações de melhoria

Recomenda-se que a IES tome medidas (adicionais) para criar mais interesse entre os potenciais alunos a nível nacional e internacional, a fim de aumentar o número de candidatos.

Seria interessante incluir UC e Corpo Docente de áreas de Competitividade Empresarial, Inovação e Empreendedorismo, uma vez que o curso se direciona muito para a parte empresarial turística, atendendo a região em que se insere.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Em parte

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Em parte

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

O sucesso académico da população discente é facilmente mensurável.

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam grandes dificuldades na transição para o mercado de trabalho.

Globalmente os resultados parecem ser satisfatórios. No 1º ano, o sucesso escolar é globalmente satisfatório em todas áreas científicas e na generalidade das unidades curriculares.

São admitidos uma média de 60 alunos por ano, sendo que apenas 25% deles finalizam com sucesso o curso.

Entre 2014 e 2017 a eficiência formativa (EF) média (relação entre os aprovados e os inscritos, incluindo desistências e não avaliados) situou-se em 61 dissertações/projetos/relatórios de Mestrado em Turismo concluídas.

5.3.2. Pontos fortes

O CE Mestrado em Turismo faz sentido para o mercado de trabalho da região onde se insere e de acordo com suas necessidades.

Foi dada evidência de uma forte disponibilidade dos docentes para acompanhar o percurso escolar dos alunos.

5.3.3. Recomendações de melhoria

Consolidar e continuar a desenvolver o trabalho realizado e que tem dado resultados positivos. Sugere-se a atualização do plano de estudos, com alguma regularidade (cada 4/5 anos), de modo a manter a atratividade para estudantes e para que permita acompanhar as contantes modificações na indústria e as necessidades do mercado de trabalho.

Melhor aproveitamento das horas tutoriais.

Procurar incentivar os alunos a terminar suas dissertações/projetos, no segundo ano.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Sim

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações

resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Sim

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Sim

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

No que diz respeito a atividades científicas, tecnológicas e artísticas a IES demonstra, no presente, um salto qualitativo quer através da participação em projetos/atividades diversificados quer através de Órgão/Centros criados para desenvolver atividades e prestações a Instituições várias do setor.

O CITUR – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (16 docentes), sem avaliação pela FCT, e o Centro de Estudos Geográficos (4 docentes), com avaliação de muito bom pela FCT, são os dois Centros de Investigação em que integram docentes do CE.

A CAE considera ser de grande importância a integração no CITUR e no CEG como forma de facilitar a submissão e divulgação de projetos de I&D desenvolvidos neste Mestrado.

6.6.2. Pontos fortes

Grande nível de protocolos com empresas do setor para a realização de estágios e existência de Conselho Consultivo.

Grande diversidade de aptidões/saídas profissionais dos diplomados o que reforça o alto valor de empregabilidade.

6.6.3. Recomendações de melhoria

Aumento do número de publicações científicas resultantes das dissertações/projetos de mestrado através dos centros de investigação citados e/ou outras revistas de referência.

Impulsionar o gosto e motivação nos mestrandos pela investigação e divulgação do conhecimento. Só assim se cria escala e valor do conhecimento produzido na IES

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Não

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Sim

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Sim

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

A ESHTe faz parte da rede Erasmus e está atualmente envolvida em três programas:

- Programa de Mobilidade Erasmus + envolvendo pessoal docente, pessoal não-docente e estudantes com enfoque nas IES europeias.
- AETC - Atlantic Erasmus Consortium Training (consórcio formado por ESHTe, U Algarve e U Católica), visando a mobilidade num contexto profissional através de estágios internacionais.
- ICM - International Credit Mobility (aprovado para Moçambique).

O Programa de Mobilidade Erasmus +, pelas suas características, tem mais limitações na aplicação dos cursos do 2º ciclo, pelo que a ESHTe decidiu investir no programa ICM em 2017 como veículo de internacionalização. Continuando a parceria que a ESHTe desenvolveu desde 2011 com a Fundação Calouste Gulbenkian, a ESHTe continua a formar o corpo docente de algumas instituições de ensino superior moçambicanas. Atualmente este programa está focado na capacidade do corpo docente, dentro da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio.

O número de docentes aderentes aos programas de mobilidade desenvolvidos pela instituição no período 2016/2017 é muito baixo.

7.4.2. Pontos fortes

A diversidade de programas de mobilidade aos quais a instituição está vinculada, oferecendo a possibilidade de um espectro mais amplo de nacionalidades de estudantes e destinos para os alunos e professores locais.

7.4.3. Recomendações de melhoria

Recomenda-se atingir um número maior de alunos entrando e saindo com os programas de intercâmbio, aumentando as bolsas de estudo dedicadas a intercâmbios de programas, dando suporte aos esforços feitos pela instituição gerando novos acordos e aumentando o número de protocolos.

Promover a integração de professores em redes internacionais de pesquisadores em áreas de especial interesse para o Ciclo de Estudos, aderindo aos programas de mobilidade que estão sendo promovidos pela instituição, a fim de alcançar algum nível de internacionalização do corpo docente, tão essencial dentro da indústria do turismo.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Sim

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

O ciclo de estudos encontra-se certificado pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO TedQual Certification)

Esta certificação foi renovada em 2017 tendo a classificação global final sido superior à última evolução (85/100 em 2017 contra 78/100 em 2013). Desta forma evidencia um progresso na qualidade da oferta formativa disponibilizada.

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

A IES implementou um Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) e usa o manual de garantia da qualidade (MGQ) como documento de referência com procedimentos comuns de gestão, de cumprimento obrigatório em toda a instituição. O Manual da Qualidade espelha de forma detalhada os mecanismos de garantia da qualidade dos CE das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem.

Há evidência dos procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas algumas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional, que mereceu parecer positivo da Agência para a Modernização Administrativa (AMA).

O processo de avaliação do desempenho docente possui regulamento próprio interno, de acordo com o estatuto da carreira profissional docente do ensino superior politécnico, com caráter regular, é iniciado com o preenchimento pelos docentes das fichas de autoavaliação, usando inquéritos (ComQuest) do software de gestão académica (SIGES). Segue-se a análise pelos diretores de curso, com a supervisão dos coordenadores das áreas científicas e pela comissão coordenadora, no caso dos ciclos do mestrado.

O Conselho para a Avaliação e Qualidade coordena todas as atividades relativas ao SGQ.

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente, de acordo com o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP 3) e estão implementadas algumas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional, em função do posto de trabalho que ocupam, bem como a conceção de apoio financeiro para a respetiva formação.

8.7.2. Pontos fortes

De um modo geral, os mecanismos de garantia da qualidade estão bem explanados e organizados.

8.7.3. Recomendações de melhoria

Recomenda-se que se evidenciem as tendências de desempenho dos indicadores de qualidade com o acompanhamento das ações realizadas e a sua eficiência, comprovando que o mecanismo de qualidade vigente funciona como esperado.

Apoiar áreas específicas que precisem de ser reforçadas, tais como as áreas identificadas como fraquezas e as que representam uma oportunidade, segundo os parâmetros de qualidade.

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

A mudança diz respeito à designação do "Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura - PGTNA", que será denominado "Inovação em Turismo Ativo e Experiências - ITAE", com pequenas alterações no plano curricular, como foi apresentado, a fim de assegurar uma melhor integração do ramo atual com os outros dois ramos de especialização.

Em termos de instalações e equipamentos, um grupo de trabalho formado pela ESHTe e pelo Turismo de Portugal estabeleceu o quadro do *modus operandi* para a utilização e gestão do campus. Apesar da necessidade de reforçar as instalações existentes, continua a ser certo que o ESHTe detém condições físicas para levar a cabo as suas atividades com pleno sucesso, como foi reconhecido pelas Comissões de Avaliação da A3ES. A ESHTe dispõe dos equipamentos, espaços, laboratórios, salas multimédia e salas de estudo necessários para o seu propósito a nível nacional, em termos de instalações e infraestruturas. A Escola também possui uma Biblioteca de Média que inclui 2 serviços diferentes: a Biblioteca - depositária da Organização Mundial do Turismo, possuindo recursos multimédia e de informática que constituem um suporte indispensável à pesquisa aplicada, bem como à preparação de suas atividades científicas e pedagógicas; o Serviço de Linguagem de Autoaprendizagem (SAAL) - um lugar privilegiado para o desenvolvimento de trabalho autónomo e / ou acompanhado de alunos, com amplo uso de materiais multimédia.

Quanto às parcerias nacionais e internacionais, a ESHTe comprometeu-se com novas linhas de financiamento ao abrigo do programa Erasmus, em resultado da extensão de novas parcerias: MOBILIDADE DE CRÉDITO INTERNACIONAL. Este programa, pela sua natureza, garante novas

oportunidades de parceria e internacionalização. Os países PALOP, Ásia (Macau e Coreia do Sul) e os países em processo de adesão à União Europeia (Sérvia e Bósnia e Herzegovina) foram incluídos na proposta de 2018 (aguardando decisão). O presente pedido teve um valor de 698.740 euros (biénio 2018-2020). Já em 2017, o ESHTe havia submetido com sucesso uma candidatura ao programa ESHTe (Moçambique).

Um reforço significativo nas estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem tem sido realizado, tanto em termos de conteúdo material quanto de conteúdo programático. A Escola investiu fortemente na sua biblioteca, que é o único depositário das obras da OMT em Portugal e que agora tem condições de estudo adequadas para os alunos, juntamente com uma coleção documental particularmente completa. Deve-se notar que a ESHTe fornece uma variedade de equipamentos para a prática e organização de atividades e eventos desportivos ou culturais. Por outro lado, no campo da Pesquisa Científica e Tecnologia (TIC), a ESHTe oferece aos alunos um conjunto crescente de ferramentas, além de fornecer a plataforma para compartilhar conteúdo acadêmico e de turismo (Moodle), novos projetos de educação à distância (ESHTe Academies) e acesso eduroam no campus. No nível de conteúdo, ressalta ainda a crescente orientação dos currículos para as necessidades das empresas e o tecido socioeconômico em geral, bem como o incentivo de ações voltadas para a inovação e o empreendedorismo.

Quanto aos locais de estágio há protocolos estabelecidos com inúmeras entidades, garantindo um efetivo acompanhamento dos alunos durante o estágio, pelo que as mudanças registadas se devem principalmente à significativa expansão das parcerias estabelecidas. A escola tem um número crescente de protocolos de cooperação assinados com vários parceiros nacionais e internacionais.

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

Foram introduzidas melhorias significativas em termos de instalações e equipamentos, parcerias nacionais e internacionais, reforço nas estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem, aumento da bolsa de estágios e protocolos de prática profissional celebrados, com impacto positivo para o CE, contribuindo para uma melhor preparação e instrução dos alunos para a sua aplicação no seu campo de trabalho turístico. Um acompanhamento dos impactos produzidos por essas mudanças precisa ser estabelecido por meio de indicadores que evidenciam o progresso alcançado.

Por outro lado, em relação às 8 medidas de melhoria planeadas, recomenda-se o estabelecimento de um processo de implementação dessas ações, estabelecendo um planeamento realista, identificando os recursos necessários e sua disponibilidade, as responsabilidades atribuídas, a avaliação dos benefícios, etc., com base em estratégias que permitam um acompanhamento claro do progresso alcançado com a sua implementação, evidenciado por objetivos quantificados dentro dos indicadores de implementação identificados.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

A mudança diz respeito à designação do "Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura - PGTNA", que será denominado "Inovação em Turismo Ativo e Experiências - ITAE" e com pequenas alterações no Plano Curricular. As mudanças visam essencialmente permitir uma maior interligação entre os três ramos e ampliar a área de atuação do ramo PGTNA, muito focado em um único produto. A nova designação é considerada mais moderna e abrangente.

Na prática, mantém o foco no turismo em natureza e aventura, mas estende-se a outros produtos e

territórios, numa lógica que busca responder a duas das principais tendências do turismo, com um número crescente de consumidores valorizando experiências e sendo motivados pelo multiproduto, empurrando os destinos para a inovação e diversificação da oferta.

O plano curricular do mestrado não se altera no segundo ano e permanece praticamente inalterado para os demais ciclos de estudo. Também não há mudança no peso de cada uma das áreas científicas ou áreas da CNAEF.

As mudanças no ramo do ITAE são essencialmente sobre a designação de alguma UC, mantendo a área do conhecimento, os objetivos e a maior parte do conteúdo. As mudanças mais significativas são:

- i) extensão da oferta de formação com mais 2 UC opcionais - Ética e Sustentabilidade em Turismo e Turismo Acessível e Inclusivo;
- ii) a substituição da Gestão de Espaços e Equipamentos em Turismo Ativo por Turismo Cultural e Urbano;
- iii) alterações de designação e alguns dos conteúdos das unidades curriculares de Turismo e Destinos Criativos (anteriormente Rotas e Interpretação Ambiental) e Turismo de Saúde e Bem-Estar (anteriormente Saúde e Movimento no Turismo).

A componente de formação obrigatória continua a incluir o mesmo número de ECTS, apenas com uma nova UC no ramo da ITAE, permitindo alargar as escolhas dos alunos. A fusão de 2 UC de 5 ECTS numa única unidade de 10 ECTS não é mais do que o agrupamento de 2 UC, replicando a oferta nos outros 2 ramos, em que há uma UC de Seminários com 10 ECTS.

Esta proposta está de acordo com a principal recomendação da CAE em seu relatório sobre a avaliação do curso em 2013 (ACEF / 1112/24442), que insta no item 6.1.7. Recomendações para melhoria: "Refletir sobre a organização do plano de estudos, pois em uma determinada perspetiva estamos na presença de três mestrados e não em mestrado com três ramos."

A proposta final foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Técnico e Científico da ESHTE de 9/10/2017 e foi enviada à A3ES juntamente com uma declaração de que era do entendimento da ESHTE que não excedia os limites estabelecidos pela A3ES para não ser considerada uma alteração dos "elementos que caracterizam um ciclo de estudo", conforme Deliberação nº 2392/2013. No devido tempo, a escola foi informada pela A3ES de que eles concordavam com esse entendimento.

A visita à ESHTE permitiu solicitar uma reflexão maior sobre a proposta de reestruturação apresentada no guião. A ESTGE enviou duas pequenas alterações. que se prendem com a docência de duas unidades curriculares: Organização de Eventos e Programação e Gestão de Eventos. As duas docentes responsáveis pelas mesmas são doutoradas em Turismo, considerando-se adequadas para o CE, pelo que o plano de estudos deve ser adaptado conforme a proposta apresentada, com a exceção das AC's apresentadas (ver ponto 12.4).

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

A CAE tomou atento conhecimento da pronúncia que a Escola Superior de Hoteleira e Turismo do Estoril decidiu apresentar na sequência do Relatório por nós produzido no âmbito da avaliação ao Segundo Ciclo de Formação em Turismo.

A CAE congratula-se pela manifestação de concordância em relação às observações por nós

produzidas.

A CAE reconhece que a IES está determinada em cumprir com as recomendações propostas pela CAE e os requisitos exigidos pela legislação em vigor e pela A3ES.

Entende esta CAE manter o parecer antes emitido.

11.2. Observações

Apesar de se sentir alguma evolução ao nível da acessibilidade aos transportes públicos dos estudantes, à ESHTe, percebe-se que ainda existem muitas dificuldades que deverão tentar ser resolvidas junto das entidades competentes. Também foi identificado que ao nível do estacionamento, os estudantes começaram a sentir mais dificuldades no atual ano letivo. Este facto foi reiteradamente mencionado nas reuniões com estudantes.

De uma maneira transversal, e reportado por estudantes, a CAE destaca como pontos fortes desta instituição, os seguintes:

- 1) Uma forte ligação ao mercado
- 2) Uma grande disponibilidade dos docentes
- 3) E, uma flexibilidade na atualização permanente de conteúdos.

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

De um modo geral, os mecanismos de garantia da qualidade estão bem explanados e organizados.

Há uma boa proximidade no apoio dos diversos serviços, assegurados pelo pessoal não docente, incluindo o apoio administrativo mais próximo das operações diárias dos CE's.

Os hard skills tem sido o grande alvo de atenção (o saber fazer), verificando-se a preocupação e sensibilidade para reforçar os soft skills, o que representa uma mais-valia para o ensino na área do Turismo e da Hospitalidade [reforçado pelos alunos, graduados e parceiros]

O CE apresenta índices de internacionalização muito baixos, no que diz respeito à mobilidade de docentes, não-docentes e estudantes no âmbito do Erasmus+. A participação em redes internacionais baseia-se principalmente no papel ativo no programa ERASMUS+. É necessário diversificar a participação em redes internacionais para facilitar a investigação e publicações.

Tal como há seis anos atrás, continua a dificuldade com a elaboração dos Learning agreements por parte dos Diretores dos Cursos, para a mobilidade no âmbito do Erasmus+.

Alunos são pouco incentivados para a mobilidade Erasmus+. É necessário maior empenho e comunicação por parte da Coordenação do Gabinete Internacional e do próprio Coordenador do Curso.

Realça-se a forte ligação da ESHTe ao sector empresarial e entidades empregadoras (uma verdadeira zona de conforto). Porém, é sugerido, pelos representantes das entidades, que sejam mais envolvidos.

É desigual entre as AC's as publicações em revistas indexadas/de referência. É necessário continuar e até incrementar a Investigação Aplicada, Publicações em Revistas com impacto e Desenvolvimento

de projetos, junto dos parceiros regionais, que levem ao incentivo, por parte dos alunos e corpo docente, de uma atitude permanente de Pesquisa e Divulgação de resultados, particularmente nas áreas do CE.

Relativamente aos especialistas, a CAE reitera que a situação do reconhecimento dos especialistas pelo CTC está a acabar.

Envolver os estudantes na investigação e prestação de serviços à comunidade, o que poderá ser um fator motivador ao realizar trabalhos com promotores reais e de aplicação real, possivelmente em formato de problem-based learning.

De modo geral (todos os CE), houve muito descuido no preenchimento das fichas dos docentes. Torna-se difícil determinar o equilíbrio das cargas letivas atribuídas e se são compatíveis com as demais funções próprias de um docente de ensino superior. Também para determinar a experiência profissional de todos os docentes reconhecidos como especialistas pelo CTC. Há muitas fichas com número de horas extremamente reduzidas, tipo 1,5 horas, 1+1 hora, o que claramente estão mal preenchidas. Pelo menos um caso em que o docente não preencheu a ficha. Por estes motivos, a CAE teve de proceder a um pedido de informação, para todos os processos, a ser indicado o total de horas de contato que cada docente assegura no respetivo CE, o que tornou muito complicado a elaboração dos relatórios preliminares da CAE. Numa Escola que é generalizadamente reconhecida como uma referência do ensino de turismo a nível nacional e internacional, estas situações são inaceitáveis.

A construção de novas instalações e a adaptação dos edifícios atuais, prevista para dentro dos próximos dois anos, resolverá a utilização limitada dos espaços existentes, devido à partilha das instalações com a Escola Profissional do Turismo de Portugal. A ESHTe passará a ter espaços mais adequados e novos equipamentos em laboratórios de aplicação. No caso do não avanço das obras no tempo previsto, há que equacionar a possibilidade da redução do número de ciclos de estudo e número de estudantes, para assegurar que o processo de ensino aprendizagem seja pedagogicamente sustentável.

A ESHTe tem escala suficiente para oferecer UC's opcionais nos diversos CE, a nível de licenciatura, mas particularmente nos mestrados. Nos cursos de mestrado, a CAE sugere entre 12 e 18 ECTS de UC's opcionais, para criar a oportunidade de os alunos adquirirem os conhecimentos que mais necessitam para a sua carreira profissional. Assim, evita situações de creditação de competências, de um grau de licenciatura para o mestrado, que é prática atual.

A proposta de reestruturação apresentada no guião e complementada com uma atualização depois da visita da CAE é considerada adequada, com a exceção das AC's apresentadas (ver ponto 12.4).

De acordo com as fichas docente, a Coordenação do Curso possui perfil académico adequado.

Verifica-se uma boa dinâmica de formação e contratação do pessoal docente que melhorou a qualificação do mesmo.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

<sem resposta>

12.4. Condições:

A reestruturação proposta não está de acordo com o ponto 1.7.1 relativamente à AC predominante do ciclo de estudos. É necessário proceder com o ajuste na estrutura curricular, alocando as UC e respetivos ECTS à AC mais adequada e mostrar que a AC Turismo e Lazer (812) é a área predominante do CE (ver ponto 2.6.1). Esta alteração deve ser feita de imediato e incluir a nova proposta na pronúncia a apresentar pela IES.

Foi, geralmente, aceite por todos os stakeholders que as AC praticadas não são adequadas à missão, objetivos e imagem da ESHTe. Para uma IES com planos para tornar-se em campus europeu para o ensino do turismo e reforçar seu posicionamento como referência de ensino em turismo a nível nacional, as AC deverão refletir a natureza da especialização em turismo, hotelaria e restauração. A CAE já tinha feito esta referência na última avaliação. A IES deve proceder com a implementação das AC da CNAEF, de acordo com o decreto lei 115 de 2013, artº 3, alínea h) e incluir esta alteração já na proposta de reestruturação do CE. Esta alteração deve ser feita de imediato e incluir em pronúncia a apresentar pela IES.